



PORTARIA Nº 101/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNQUEIRO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Junqueiro – AL, disposto no Art. 69, inciso XI:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o(a) Servidor(a) Público **THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS, PROCURADOR GERAL**, CPF: 050.659.184-06, que a serviço do município se deslocará para Brasília/DF, 4 (quatro) diárias e ½ em dobro, no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), uma vez que o servidor se ausentará para à cidade de Brasília/DF, com saída na segunda-feira (28/05/2022) e retorno na sexta –feira, dia 02/12/2022, para participar do Congresso na Capital Federal- Assessoria Jurídica: Soluções, diante da nova Lei de Licitações e Contratos e da Lei das Estatais, além de outros compromissos para o Município de Junqueiro/AL.

Art. 2º - A concessão está prevista na lei municipal 582/2013 e decreto nº 08/2022;

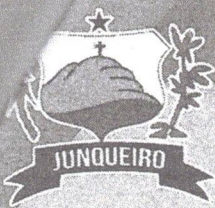
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Junqueiro. Estado de Alagoas.

Junqueiro, 21 de outubro de 2022


Cicero Leandro Pereira da Silva
Prefeito



Ofício GAB/PGJ nº 0107/2022

Ilmo Sr. Prefeito
Cicero Leandro Pereira da Silva
Município de Junqueiro
Assunto: PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO NA CAPITAL FEDERAL -
ASSESSORIA JURÍDICA: DESAFIOS E SOLUÇÕES, DIANTE DA NOVA LEI DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS E DA LEI DAS ESTATAIS.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Venho a presença de Vossa Excelência informar e requerer o que segue:

1. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, está em vigor desde 1º de abril de 2021, data de sua publicação.
2. Durante 2 (dois) anos, haverá a convivência da nova norma com as Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 (Pregão) e nº 12.462/2011 (RDC), que, ao final desse prazo, restarão revogadas, ou seja, em 01 de abril de 2023. Esse prazo foi previsto para que os entes federados possam se adequar às regras da nova lei de forma coordenada e organizada.
3. Esclarecemos que o Município de Junqueiro, por cautela, até a presente data AINDA não promoveu qualquer procedimento licitatório com base na nova legislação. Diante do prazo exíguo, torna-se necessário a capacitação de toda equipe de técnica e órgão de controle da municipalidade, devendo, todos estarem familiarizados e preparados objetivando aplicação dos procedimentos da nova Lei.



4. De qualquer modo, esta Assessoria Jurídica também deve se preparar para enfrentar os novos desafios que a Nova Legislação traz. Sendo assim, temos que a compreensão da Advocacia e da Advocacia Pública como funções essenciais à Justiça permite identificar, com maior correção, seu papel na configuração disposta pelo Constituinte, para o Estado Brasileiro e para a Administração Pública.
5. Diante da necessidade da preparação aos novos procedimentos e regras da nova legislação, faz-se necessário a qualificação de todo corpo técnico/jurídico. Em face disso, informamos acontecerá em Brasília um Seminário Nacional: **ASSESSORIA JURÍDICA: DESAFIOS E SOLUÇÕES, DIANTE DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E DA LEI DAS ESTATAIS.**
6. O seminário contará com vários especialistas de referência na área licitações e contrato no período de 29/11/2022 à 01/12/2022, explicando e debatendo vários temas sobre a nova lei e papel preponderante da Assessoria Jurídica (programação anexo). Nomes como: **RONNY CHARLES** (Advogado da União), **ANDERSON PEDRA** (Procurador do Estado do Espírito Santo), **ANTONIO ANASTASIA** (Ministro do TCU), **BRUNO BIANCO LEAL** (Procurador Federal), além de vários outros nomes conceituados. **(Corpo técnico anexo)**
7. Deste modo, solicitamos providencias necessárias para autorização de participação no referido congresso, em seguida, e com a devida urgência, que seja realizado o empenho e posterior liquidação e pagamento da inscrição, além de providencias necessárias na expedição de ordem para emissão dos bilhetes de passagens aéreas.
8. Registramos que entramos em contato com a organização do evento e o valor da inscrição será de R\$ 3.586,50 (três mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), **devendo o setor competente entrar em contato com a organização do evento através dos E-mails: fernanda.viana@negociospublicos.com.br e telefone 41.3778-1881 falar com Fernanda.**
9. Ao mesmo tempo, diante da necessidade, **segue também em anexo solicitação de requerimento de liberação de diárias, com base na Lei nº 582/2013 e Dec. Lei nº 08/2022.**



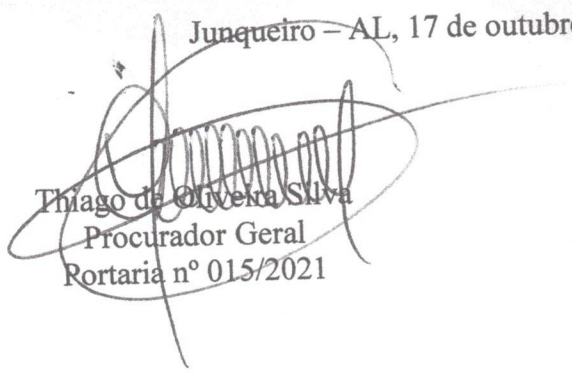
Prefeitura Municipal de Junqueiro
Rua João de Deus, Nº 76 – Centro – Junqueiro – Alagoas
CEP: 57.270-000 / Fone: (82) 3541-1305
CNPJ: 12.265.468/0001-97


**PREFEITURA DE
JUNQUEIRO**
Secretaria Municipal
de Administração

Sem mais para o momento.

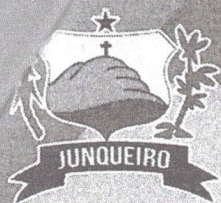
Junqueiro – AL, 17 de outubro de 2022.

Atenciosamente,


Thiago de Oliveira Silva
Procurador Geral
Portaria nº 015/2021



**PREFEITURA DE
JUNQUEIRO**
Um novo tempo



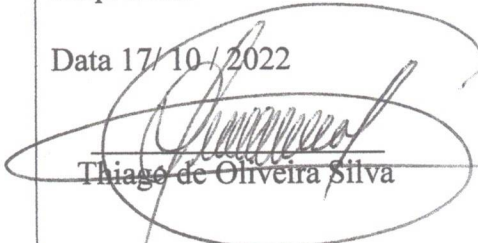
Prefeitura Municipal de Junqueiro
Rua João de Deus, Nº 76 – Centro – Junqueiro – Alagoas
CEP: 57.270-000 / Fone: (82) 3541-1305
CNPJ: 12.265.468/0001-97

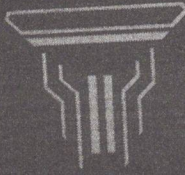


REQUERIMENTO
(Lei nº 582/2013 e Dec. nº 08/2022)

1 - DADOS DO SERVIDOR OU AGENTE POLITICO	
Nome: Thiago de Oliveira Silva	
Cargo/ Função: Procurador Geral	
CPF: 050.659.184.06	Matrícula: Portaria nº 015/2021
Base Legal: Art. 1º, Art. 2º e Art. 4º da Lei nº 582/2013 e Art.1º, Art. 3º, Art. 5º, §1º, Art. 8º do Dec. Lei nº 08/2022.	

2 - DADOS DA VIAGEM	
Período: 28/11/2022 à 02/12/2022	Quantidade de Diárias: (quatro) diárias e ½ (meia)
Valor da Diária: R\$ 1.200,00	Valor Total: R\$ 5.400,00
Trajeto: Maceió x Brasília x Brasília x Maceió	
Motivo da Viagem: PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO NA CAPITAL FEDERAL - ASSESSORIA JURÍDICA: DESAFIOS E SOLUÇÕES, DIANTE DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E DA LEI DAS ESTATAIS, ALÉM DE OUTROS COMPROMISSOS PARA O MUNICÍPIO DE JUNQUEIRO/AL.	
Dados Bancários: Banco Nu Bank 0260; Agência 0001; Conta Corrente nº 85637541-4;	

3 - ASSINATURAS/CARIMBOS		
Requerente	De Acordo	Autorizo
Data 17/10/2022	Data ___/___/___	Data ___/___/___
 Thiago de Oliveira Silva	_____	_____
	Chefe do Órgão	Ordenador de Despesa



SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
INSTITUTO

APRESENTAÇÃO

A compreensão da Advocacia e da Advocacia Pública como funções essenciais à Justiça permite identificar, com maior correção, seu papel na configuração disposta pelo Constituinte, para o Estado Brasileiro e para a Administração Pública.

É esse papel e seu status constitucional que devem orientar o membro da assessoria jurídica na tarefa de perceber as responsabilidades inerentes ao exercício das suas atribuições, sob pena de, por uma intelecção inadequada, comprometer-se o sistema construído pelo Constituinte.

Tanto a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) como a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) apontam para necessários avanços na atuação da Assessoria Jurídica atuante nas contratações públicas. Esses avanços são necessários pelo aumento da complexidade das questões vivenciadas pelos órgãos jurídicos e também pelas novas demandas que surgirão, exigindo um estratégico planejamento de sua atuação.

O presente Seminário buscará abordar, com a devida profundidade, os principais temas que envolvem a atuação do órgão de assessoria jurídica, seja de estatais ou de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com estudo do regime jurídico de atuação e reflexões imprescindíveis para a construção de um futuro condizente com os desafios que se descortinam.

Este evento que contará com alguns dos maiores nomes na área, para abordar com profundidade todas as questões relacionadas ao órgão de assessoria jurídica, diante do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), Lei nº 8.666/93 e Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Inscreva-se!

PÚBLICO-ALVO

O curso é voltado para membros de órgãos de assessoramento jurídico, procuradorias e advocacias públicas, além de advogados privados e demais pessoas que trabalham direta e indiretamente com o consultivo jurídico, sendo também recomendado para agentes públicos que atuam na área.

CARGA HORÁRIA: 24 HORAS

MATERIAL DE APOIO

- Livro impresso "Livro Legislação - Licitações e Contratos Administrativos"
- Apostila impressa com conteúdo exclusivo do evento
- Certificado Geral com carga horária de 24 horas será disponibilizado através da nossa plataforma: www.npevents.com.br



SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
INSTITUTO

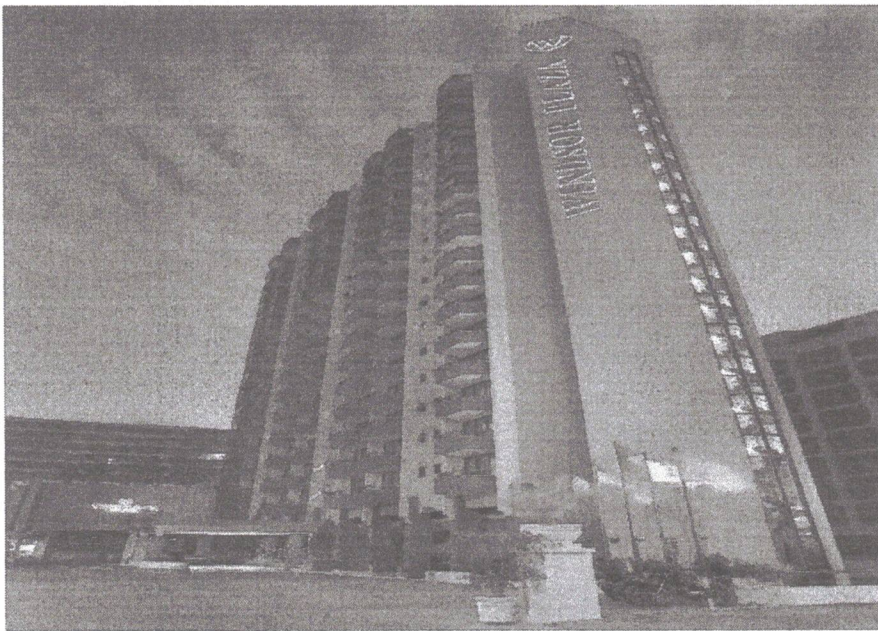
MODALIDADE - PRESENCIAL

Serão 3 dias de encontro, realizado de 29 de Novembro a 01 de Dezembro de 2022, no período da manhã, das 08h30 às 12h30 e a tarde, das 14h00 às 18h00, totalizando 24 horas de capacitação.









LOCAL DO EVENTO

Hotel Windsor Plaza Brasília Hotel (SHS Quadra 05 Bloco H - Asa Sul, Brasília/DF)

Reservas: (61) 2195-1100



MOTIVOS PARA PARTICIPAR

 Credibilidade Mais de 20 anos de atuação no Mercado de Compras Públicas	 Nossa Paixão Temos orgulho de realizar os maiores eventos do Brasil.	 Imersão 3 dias de aprendizado intenso, focando na sua capacitação!	 Autoridades Os melhores doutrinadores e palestrantes.
 Transformação Mais de 20 000 agentes públicos capacitados.	 Evento Inovador Saia na frente com o conhecimento atualizado adquirido.	 Networking Aproveite para conhecer gente nova e fazer conexões.	 Certificação Participação reconhecida através de certificado digital



SEMINÁRIO NACIONAL DE

ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 | BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
Instituto

PROGRAMAÇÃO

TERÇA-FEIRA - 29/11

09h00	Abertura e recepção Rudimar Reis - <i>Negócios Públicos</i>
08h30	Advocacia, Advocacia Pública e a nobre vocação de construção do Direito Ministro Antonio Anastasia & Ronny Charles
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30	A atuação da Assessoria Jurídica na área de licitações: perspectivas e desafios, diante da realidade federal, estadual e municipal Anderson Pedra (<i>Procurador do Estado do Espírito Santo</i>)
12h30 às 14h00	<i>Almoço</i>
14h00	A responsabilidade do parecerista nas licitações públicas Ronny Charles (<i>Advogado da União</i>)
16h00 às 16h30	<i>Intervalo</i>
16h30	TALK SHOW A atividade consultiva na área de licitações e os dilemas das contratações de estatais e órgãos federais, estaduais e municipais (Saúde, Educação, Infraestrutura e Segurança Pública)
18h00	Encerramento



SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

INSTITUTO
NEGÓCIOS
PÚBLICOS

QUARTA-FEIRA - 30/11

08h30

Assessoria jurídica como função de controle da legalidade das contratações públicas federais estaduais e municipais

Rafael Oliveira (Mestre em Direito e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas)

10h00 às 10h30

Intervalo

10h30

Assessoria jurídica como função de apoio jurídico ao desenvolvimento das atividades públicas

Ronny Charles (Advogado da União)

12h30 às 14h00

Almoço

14h00

Assessoria jurídica e a função de representação judicial e extrajudicial de agentes públicos federais, estaduais e municipais

Anderson Pedra (Procurador do Estado do Espírito Santo)

16h00 às 16h30

Intervalo

16h30

TALK SHOW | Pareceres referenciais, minutas padronizadas, Orientações Normativa: a gestão do consultivo jurídico e os desafios da padronização de sua atividade intelectual

18h00

Encerramento



SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
INSTITUTO

QUINTA-FEIRA - 01/12

09h30	Órgão de assessoramento jurídico x Órgão de controle: construção de um modelo de equilíbrio, segurança e respeito Raquel Carvalho (<i>Mestre em Direito Administrativo</i>)
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30	Os desafios de regulamentação das licitações e o órgão de assessoramento jurídico nos estados e municípios Raquel Carvalho (<i>Mestre em Direito Administrativo</i>)
12h30 às 14h00	<i>Almoço</i>
14h00	A Assessoria jurídica e a resolução consensual de conflitos Vlândia Pompeu (<i>Mestre em Direito e Políticas Públicas</i>)
16h00 às 16h30	<i>Intervalo</i>
16h30	O futuro da Assessoria jurídica na área de licitações Palestrante <i>Em Breve</i>
18h00	Encerramento



SEMINÁRIO NACIONAL DE

ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
Instituto

COORDENAÇÃO TÉCNICA



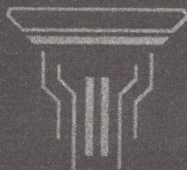
RONNY CHARLES (*Advogado da União*)

Doutorando em Direito pela UFPE e Mestre em Direito Econômico pela UFPB; Membro da Câmara Nacional de Licitação e Contratos da Consultoria-Geral da União;

Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego;

Autor de diversas obras jurídicas, destacando: Leis de Licitação e Públicas comentadas (10a ed.); Direito Administrativo (coautor. 9a ed.); Licitação e 10a Ed.);

Licitações e Contratos nas Empresas Estatais (coautor), Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (coautor) e Improbidade Administrativa (coautor. 4a ed.).

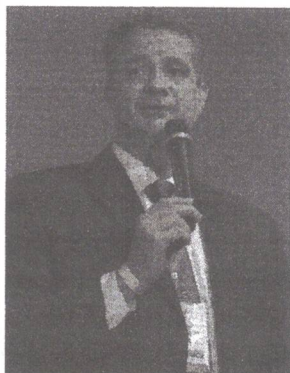


SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
INSTITUTO

PALESTRANTES



ANDERSON PEDRA (*Procurador do Estado do Espírito Santo*)

Pós-doutor pela Universidade de Coimbra com ênfase em "Direito Fundamental à Boa Administração Pública e sua Influência no Direito Administrativo e na Gestão Pública"; Doutor em Direito do Estado (PUC/SP) e Mestre em Direito (FDC/RJ); Especialista em Direito Público e Processual Público pela Consultime/Cândido Mendes; Professor do Mestrado em Gestão Pública da UFES, assim como professor na graduação e pós graduação em diversas instituições. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas e palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais; Ex-Chefe em várias áreas de atuação da PGEES e TCEES, dentre eles Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGEES e Ex-Pregoeiro do TCEES; Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, Advogado e Consultor Jurídico em Direito Público e Autor de diversas obras jurídicas.



ANTONIO ANASTASIA (*Ministro do TCU*)

Antonio Augusto Junho Anastasia (60 anos) nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 9 de maio de 1961.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1983), onde também obteve o título de Mestre em Direito (1990). Em 1993, prestou concurso e foi aprovado professor do Departamento de Direito Público (DIP) da Faculdade de Direito da UFMG, instituição da qual é hoje professor licenciado.

É servidor de carreira aposentado da Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, tendo sido seu presidente em 1991. Foi assessor especial do Relator da IV Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais, entre 1988 e 1989. No Governo de Minas, entre os anos de 1991 e 1994, exerceu os cargos de Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado de Cultura e Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração.

Na esfera federal, entre os anos de 1995 a 2001, foi Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Secretário-Executivo do Ministério da Justiça.

Formulador e coordenador do Programa Choque de Gestão, no Governo de Minas, entre 2003 e 2006, exerceu os cargos de Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e de Secretário de Estado de Defesa Social. Eleito Vice-Governador de Minas Gerais, em 2006, tomou posse como Governador em março de 2010. Reeleito Governador com mais de 6 milhões de votos, em outubro



SEMINÁRIO NACIONAL DE

ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
Instituto

Em outubro de 2014, foi eleito Senador pelo Estado de Minas Gerais com mais de 5 milhões de votos. No Senado, foi vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, entre 2017 e 2019; e vice-presidente do Senado Federal do Brasil, de 2019 a 2021. Em 7 anos de atuação no Senado, foi autor e relator de mais de 350 matérias, especialmente nas áreas da gestão pública, segurança jurídica, desburocratização, segurança pública e combate à corrupção e à ineficiência.

Indicado pelo Senado Federal, com 52 votos, para ministro do Tribunal de Contas União, teve seu nome referendado pela Câmara dos Deputados, com 322 votos favoráveis. Tomou posse em 3 de fevereiro de 2022.



RAFAEL OLIVEIRA (*Mestre em Direito e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas*)

É fundador do Portal L&C (licitacaoecontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma – Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.



RAQUEL CARVALHO (*Mestre em Direito Administrativo*)

- Procuradora do Estado de Minas Gerais ;
- Professora de Direito Administrativo ;
- Mestre em Direito Administrativo pela UFMG.

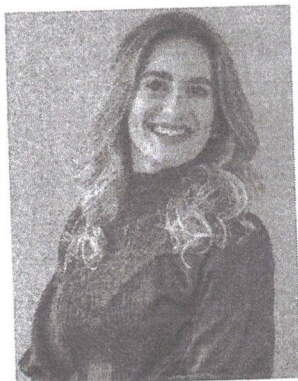


SEMINÁRIO NACIONAL DE

ASSESSORIA JURÍDICA

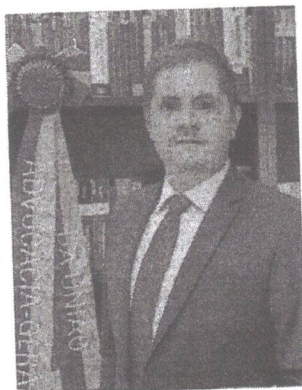
29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
INSTITUTO



VLÁDIA POMPEU (*Mestre em Direito e Políticas Públicas*)

Doutoranda em Direito Constitucional pelo Instituto de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília - UNICEUB (2015). Mestre em Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha - 2015). Pós graduada em Direito Público pela Universidade de Brasília - UNB (2010). Pós graduada em Direito e Processo Tributários pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (2005). Pós graduada em Altos Estudos de Defesa pela Escola Superior de Guerra - ESG (2020). Cursando MBA em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Estudou Fundamentos do Direito Americano na Thomas Jefferson School of Law 2011 (EUA - 2011). Estudou Noções do Direito Europeu na Università di Roma Tor Vergata (Itália - 2012). Estudou Leadership and Innovation in Contexts of Change na Harvard Kennedy School. É mentora na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e na associação Women in Law Mentoring (WLM). Leciona Direito Administrativo em cursos de graduação e pós-graduação. Assina a coluna Direito&Administrativo no Portal Migalhas. Associada do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Associada Benemerita da Rede Governança Brasil (RGB). Idealizadora e CoFundadora do Instituto Empoderar. É Procuradora da Fazenda Nacional desde 2006. Ex- Procuradora do Estado do Pará. Ex-Corregedora da Agência Nacional de Aviação Civil. Ex-Corregedora-Geral da Advocacia da União. Ex-Advogada-Geral da União Adjunta. Atual Assessora Especial do Advogado-Geral da União.

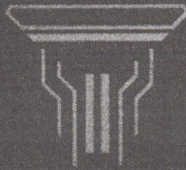


BRUNO BIANCO LEAL (*Procurador Federal*)

Bruno Bianco Leal é Procurador Federal desde 2008. Graduado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília, é especialista em Direito Público, pós-graduado em Direito Processual Civil e Mestre em Direito pela Universidade de Marília (UNIMAR), além de professor em cursos de pós-graduação e autor de livros jurídicos.

Já foi Procurador-Seccional Federal em Marília (SP) e Procurador Regional Federal junto ao INSS nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (PFE/INSS).

Ocupou o cargo de assessor especial da Casa Civil da Presidência da República, ocasião em que atuou diretamente na formulação da proposta de Reforma da Previdência. Em janeiro de 2019, foi nomeado para o cargo de secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, assumindo o cargo mais alto da Secretaria em fevereiro de 2020. Em julho de 2021, com a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência, foi nomeado secretário-executivo da pasta.



SEMINÁRIO NACIONAL DE

ASSESSORIA JURÍDICA

29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO DE 2022 📍 BRASÍLIA/DF

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
INSTITUTO

INSCRIÇÃO

INVESTIMENTO

R\$ 3.985,00 (por inscrito)

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- 03 Almoços e 06 Coffee Breaks.
- Apostila com conteúdo exclusivo do curso enviada ao participante em seu e-mail.
- Certificado: terá direito ao certificado, SOMENTE o aluno/participante devidamente inscrito no curso.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em nome de: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. (CNPJ nº 10.498.974/0001-09). No seguinte banco credenciado:



Agência: 1622-5

Conta Corrente: 105678-6

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

Telefone: (41) 3778-1887

Whatsapp: (41) 98877-0234

falecom@institutonp.com.br

negociospublicos.com.br/conselho-profissional

R. Dr. Brasília Vicente de Castro, 111

Campo Comprido – Curitiba/PR

CEP: 81200-526

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
Instituto

Curitiba, 18 de Outubro de 2022

Proposta nº 36.028/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO
A/C: SR. THIAGO

Encaminho a proposta acerca do **Seminário Nacional de Assessoria Jurídica**, que será realizado nos dias **29 de novembro a 01 de dezembro de 2022**, no formato presencial em **Brasília/DF**.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
1	3.985,00	398,50	3.586,50

2 O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 03 (três) almoços e 06 (seis) Coffee Breaks;

3 CARGA HORÁRIA:

24 (Vinte e Quatro Horas)

4 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0001-09. Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 105.678-6

VALIDADE DA PROPOSTA: 29/11/2022

Atenciosamente,
FERNANDA LOUBACK VIANA
Consultor Comercial